

Subvenções fiscais:

aspectos jurídico-tributários e contábeis

Caderno de Pesquisas Tributárias

(número 46)



Coordenação

Ives Gandra da Silva Martins

Marcelo Magalhães Peixoto

Subvenções fiscais:

aspectos jurídico-tributários e contábeis

Série APET, n. 2

Autores

Alexandre Evaristo Pinto | André Mendes Moreira | Angela Maria da Motta Pacheco
Antonio Carlos de Souza Júnior | Arthur Leite da Cruz Pitman | Bruno Fajersztajn
Carlos Augusto Daniel Neto | Carlos Henrique Crosara Delgado | Carlos Henrique Machado
Caroline Schwalm | Daniel Azevedo Nocetti | Diógenes Teófilo de Jesus | Edison Carlos Fernandes
Edmar Oliveira Andrade Filho | Elidie Palma Bifano | Eliseu Martins | Fabiana Carsoni Fernandes
Fabiana Del Padre Tomé | Fábio Pallaretti Calcini | Fabio Pereira da Silva | Fernanda Ramos Pazello
Fernando Aurelio Zilveti | Fernando Brasil de Oliveira Pinto | Gabriela Coelho Torres
Gustavo Froner Minatel | Isabela Garcia Funaro Ruiz | Jimir Doniak Jr. | João Alho Neto
Karem Jureidini Dias | Karoline Marchiori de Assis | Livia De Carli Germano | Lucas Bevilacqua
Luís Eduardo Schoueri | Luiz Fernando Sachet | Marcello Palma Bifano | Marcelo de Lima Castro Diniz
Marcelo Magalhães Peixoto | Maria Carolina Maldonado Mendonça Kraljevic | Maria Inês Murgel
Martha Leão | Mary Elbe Queiroz | Michell Przepiorka | Miguel Delgado Gutierrez | Natanael Martins
Paulo Cesar Ruzisca Vaz | Pedro Henrique Esteves Fonseca | Rafael Nichele | Rafael Ronsani Figura
Ramon Tomazela Santos | Raphael Assef Lavez | Renato Nunes | Ricardo André Galendi Júnior
Ricardo Mariz de Oliveira | Roberta Augusta Dib Mello | Rodrigo Schwartz Holanda
Tatiana Midori Migiyama | Valter de Souza Lobato | Victor Borges Polizelli
Vinícius André de Oliveira Soares | Vinícius Aversari Martins
Vinícius Vicentin Caccavali | Walter Erich Piekny

MP
EDITORA

CADERNOS DE PESQUISAS TRIBUTÁRIAS

– Caderno de Pesquisas Tributárias n. 1, “Decadência e prescrição”, 16 autores, Ed. Resenha Tributária, 1976;

– Caderno de Pesquisas Tributárias n. 2, “Contribuições especiais – Fundos PIS/Pasep”, 14 autores, Ed. Resenha Tributária, 1977;

– Caderno de Pesquisas Tributárias n. 3, “O fato gerador do ICM”, 14 autores, Ed. Resenha Tributária, 1978;

– Caderno de Pesquisas Tributárias n. 4, “Sanções tributárias”, 14 autores, Ed. Resenha Tributária, 1979;

– Caderno de Pesquisas Tributárias n. 5, “Responsabilidade tributária”, 11 autores, Ed. Resenha Tributária, 1980;

– Caderno de Pesquisas Tributárias n. 6, “O princípio da legalidade”, 21 autores, Ed. Resenha Tributária, 1981;

– Caderno de Pesquisas Tributárias n. 7, “Base de cálculo”, 20 autores, Ed. Resenha Tributária, 1982;

– Caderno de Pesquisas Tributárias n. 8, “Repetição do indébito”, 16 autores, Ed. Resenha Tributária, 1983;

– Caderno de Pesquisas Tributárias n. 9, “Presunções”, 16 autores, Ed. Resenha Tributária, 1984;

– Caderno de Pesquisas Tributárias n. 10, “Taxa e preço público”, 17 autores, Ed. Resenha Tributária, 1985;

– Caderno de Pesquisas Tributárias n. 11, “O fato gerador do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza”, 16 autores, Ed. Resenha Tributária, 1986;

– Caderno de Pesquisas Tributárias n. 12, “Do lançamento”, 15 autores, Ed. Resenha Tributária, 1987;

– Caderno de Pesquisas Tributárias n. 13, “Elisão e evasão fiscal”, 18 autores, Ed. Resenha Tributária, 1988;

– Caderno de Pesquisas Tributárias n. 14, “Capacidade contributiva”, 16 autores, Ed. Resenha Tributária, 1989;

- Caderno de Pesquisas Tributárias n. 15, “Lei complementar tributária”, 19 autores, Ed. Resenha Tributária, 1990;
- Caderno de Pesquisas Tributárias n. 16, “IOF”, 14 autores, Ed. Resenha Tributária, 1991;
- Caderno de Pesquisas Tributárias n. 17, “Contribuições sociais”, 23 autores, Ed. Resenha Tributária, 1992;
- Caderno de Pesquisas Tributárias n. 18, “Princípios constitucionais tributários”, 33 autores, Ed. Resenha Tributária, 1993;
- Caderno de Pesquisas Tributárias n. 19, “Decisões judiciais e tributação”, 30 autores, Ed. Resenha Tributária, 1994;
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 1, “Crimes contra a ordem tributária”, 31 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 1995;
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 2, “O princípio da moralidade no direito tributário”, 21 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 1996;
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 3, “Tributação no Mercosul”, 33 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 1997 [2ª edição atualizada, 2002];
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 4, “Imunidades tributárias”, 46 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 1998;
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 5, “Processo administrativo tributário”, 33 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 1999 [2ª edição atualizada, 2002];
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 6, “Direitos fundamentais do contribuinte”, 34 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 2000;
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 7, “Tributação na internet”, 19 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 2001;
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 8, “Contribuições de intervenção no domínio econômico”, 19 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 2002;
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 9, “Direito tributário e reforma do sistema”, 20 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 2003;
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 10, “O princípio da não cumulatividade”, 20 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 2004;

- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 11, “Limitações ao poder impositivo e segurança jurídica”, 22 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 2005;
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 12, “Princípio da eficiência em matéria tributária”, 16 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 2006;
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 13, “Decadência e prescrição”, 17 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 2007;
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 14, “Execução fiscal”, 42 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 2008;
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 15, “Disciplina legal tributária do terceiro setor”, 24 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 2009;
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 16, “Processo judicial tributário”, 22 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 2010;
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 17, “Responsabilidade tributária”, 39 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 2011;
- Pesquisas Tributárias, Nova Série n. 18, “Questões controvertidas no processo administrativo fiscal – CARF”, 51 autores, Coedição CEU/Revista dos Tribunais, 2012;
- Pesquisas Tributárias, Série CEU-Lex/Magister n. 1, “Aspectos polêmicos de PIS-Cofins”, 31 autores, Ed. Lex/Magister, 2013;
- Pesquisas Tributárias, Série CEU-Lex/Magister n. 2, “Aspectos polêmicos do imposto de renda e proventos de qualquer natureza”, 26 autores, Ed. Lex/Magister, 2014;
- Pesquisas Tributárias, Série CEU-Lex/Magister n. 3, “Grupos econômicos”, 42 autores, Ed. Lex/Magister, 2015;
- Pesquisas Tributárias, Série CEU-Lex/Magister n. 4, “Segurança jurídica em matéria tributária”, 53 autores, Ed. Lex/Magister, 2016;
- Pesquisas Tributárias, Série CEU-Lex/Magister n. 5, “Tributação sobre a receita”, 28 autores, Ed. Lex/Magister, 2017;
- Pesquisas Tributárias, Série CEU-Lex/Magister n. 6, “Tributação internacional e o direito interno”, 33 autores, Ed. Lex/Magister, 2018;

– Pesquisas Tributárias, Série CEU-Lex/Magister n. 7, “Direito tributário e delitos penais”, 29 autores, Ed. Lex/Magister, 2019;

– Pesquisas Tributárias, Série APET n. 1, “Lucro arbitrado”, 33 autores, MP Editora, 2022.

– Pesquisas Tributárias, Série APET n. 2, “Subvenções fiscais”, 62 autores, MP Editora, 2023.

SUMÁRIO

PREFÁCIO AO 46º LIVRO DE PESQUISAS TRIBUTÁRIAS – SUBVENÇÕES FISCAIS	23
AS IDAS E VINDAS DA CONTABILIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DAS SUBVENÇÕES	27
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
1 Introdução	27
2 Dos incentivos fiscais como indutores do desenvolvimento econômico	28
3 Das subvenções no Direito Financeiro	31
4 Subvenções de custeio ou de investimento: uma difícil definição entre idas e vindas	38
5 Da contabilização das subvenções	40
6 A Lei Complementar n. 160/2017 e a remissão dos pecados	44
7 A ficção jurídica das subvenções de custeio como de investimento	47
8 As decisões do STJ e a utopia do pacto federativo	50
9 Referências	51
CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DE ICMS COMO SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO: CONTROVÉRSIAS EM ÂMBITOS ADMINISTRATIVO E JUDICIAL	53
<i>André Mendes Moreira</i>	
<i>Gabriela Coelho Torres</i>	
1 Introdução	53
2 Breve esboço normativo	54
3 Principais pronunciamentos administrativos e judiciais	59
3.1 Receita Federal do Brasil (RFB): compreensão inadequada acerca da LC n. 160/2017, para retomada de antigo posicionamento restritivo	59
3.2 Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF): caracterização dos benefícios de ICMS como subvenções para investimento, sem unicidade de fundamentos vencedores	65
3.3 Superior Tribunal de Justiça (STJ): exclusão dos benefícios fiscais de ICMS das bases de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins, sob fundamentos divergentes	69
3.4 Supremo Tribunal Federal (STF): ainda sem definições	73
4 Conclusões/respostas aos questionamentos formulados	74
5 Referências	77

AS SUBVENÇÕES FISCAIS E SEUS ASPECTOS JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS	79
<i>Angela Maria da Motta Pacheco</i>	
1 Da intributabilidade – isenções	79
1.1 Conceito jurídico de “isenções”	82
2 Subvenção	84
3 Conclusão	89
4 Respostas	89
AS SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	99
<i>Bruno Fajersztajn</i>	
<i>Fabiana Carsoni Fernandes</i>	
1 Introdução	99
2 A subvenção para investimento: sua natureza jurídica e seu regime tributário	100
3 A subvenção para investimento e a Lei Complementar n. 160	109
4 A tributação das subvenções e a ofensa ao pacto federativo	119
5 As subvenções e a contribuição ao PIS e a Cofins	122
6 Conclusões	123
7 Referências	124
A TRIBUTAÇÃO DAS SUBVENÇÕES DE INVESTIMENTO: UM MOSAICO DE QUESTÕES E SOLUÇÕES INTERCONECTADAS	127
<i>Carlos Augusto Daniel Neto</i>	
1 Introdução	127
2 Panorama histórico do tratamento das subvenções de investimento	128
3 As controvérsias tributárias no CARF relativamente ao IRPJ e à CSLL	134
3.1 As discussões anteriores à LC n. 160/2017	134
3.2 As discussões posteriores à LC n. 160/2017	141
4 As controvérsias tributárias no CARF relativamente ao PIS/Cofins	146
5 A controvérsia a respeito das subvenções no STJ	150
6 Conclusões	155
7 Referências	157

SUBVENÇÕES TRIBUTÁRIAS E SEU REGIME JURÍDICO: DA SUBVERSÃO À FILTRAGEM CONSTITUCIONAL	159
<i>Diógenes Teófilo de Jesus</i>	
1 Introdução	159
2 Intervenção do Estado no domínio econômico: causa, finalidade e controle	161
3 O que são subvenções e qual a amplitude do fenômeno e da definição?	165
4 Classificações: custeio <i>versus</i> investimento	168
5 Filtragem constitucional: do desenvolvimento republicano à subversão da definição de renda	171
6 Precedentes no Supremo Tribunal Federal	174
7 Conclusões	179
8 Referências	181
AS SUBVENÇÕES FISCAIS E SEUS ASPECTOS JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS	183
<i>Edison Carlos Fernandes</i>	
1 Introdução	183
2 Brevíssimos comentários sobre as decisões do STJ	184
3 Reconhecimento contábil das grandezas positivas e negativas	188
4 Respostas às questões formuladas	194
SUBVENÇÕES NÃO TRIBUTÁVEIS NA LEI E NA JURISPRUDÊNCIA	199
<i>Edmar Oliveira Andrade Filho</i>	
1 Propósitos deste estudo	199
2 A lei e seu propósito	201
3 A jurisprudência do STJ	205
4 O cálculo das subvenções e a formação de reserva	208
5 Subvenções na legislação do PIS/Pasep e da Cofins	210
6 Conclusões e respostas às questões formuladas	212
AS SUBVENÇÕES FISCAIS E SEUS ASPECTOS JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS	219
<i>Elidie Palma Bifano</i>	
<i>Marcello Palma Bifano</i>	
1 Apresentação do tema	219
2 Subvenção: conceito e evolução do tema	220
2.1 Disposições legais aplicáveis	220
2.2 Tratamento contábil das subvenções	226

2.3 A jurisprudência acerca do tratamento tributário das subvenções	229
2.3.1 Superior Tribunal de Justiça (STJ)	229
2.3.2 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)	229
3 Respostas às questões formuladas	230
CONTROVÉRSIAS NA CONTABILIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS E OUTRAS SUBVENÇÕES	241
<i>Eliseu Martins</i>	
<i>Vinicius Aversari Martins</i>	
1 Introdução	241
2 Considerações finais	248
SUBVENÇÕES FISCAIS E SEUS ASPECTOS JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS	249
<i>Fabiana Del Padre Tomé</i>	
1 Considerações introdutórias	249
2 Interpretando o art. 30, § 4º, da Lei 12.973/2014: entre a estrutura e a função das normas jurídicas – determinação dos requisitos configuradores das subvenções para investimento	249
3 Modalidades de subvenções para investimento	253
4 Implicações das subvenções para investimento nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL	255
5 Implicações das subvenções para investimento nas bases de cálculo do PIS e da Cofins	256
6 Conclusões	257
IRPJ, CSLL, INCENTIVOS DE ICMS, SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO E NÃO INCIDÊNCIA	259
<i>Fábio Pallaretti Calcini</i>	
1 Introdução	259
2 IRPJ, CSLL, Incentivos fiscais, ICMS, Subvenção para investimento. Lei Complementar n. 160/2017. Convênio Confaz n. 190/2017. Reflexos tributários	259
3 IRPJ, CSLL, Incentivos fiscais, ICMS, Não tributação (pura não incidência). O posicionamento do STJ e a desnecessidade de reserva de incentivos	274
4 Conclusão	278

AS SUBVENÇÕES FISCAIS E SEUS ASPECTOS TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS	281
<i>Fabio Pereira da Silva</i>	
<i>Arthur Leite da Cruz Pitman</i>	
1 Introdução	281
2 A distinção entre as subvenções à luz da legislação tributária	282
3 A equiparação contida na LC n. 160/2017	286
4 O alcance do regime do art. 30 da Lei n. 12.973/2014: aspectos jurídicos e contábeis	292
5 Conclusões	299
6 Referências	300
INCENTIVOS FISCAIS GENÉRICOS DE ICMS E SUA TRIBUTAÇÃO PELO PIS/COFINS	303
<i>Fernanda Ramos Pazello</i>	
1 Subvenções governamentais (custeio e investimento) e o tratamento tributário	305
2 A Lei Complementar n. 160/2017	308
3 Violação ao pacto federativo: afetação do tema pelo Superior Tribunal de Justiça	311
4 Conclusão	316
AS SUBVENÇÕES E SEU TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	321
<i>Fernando Aurelio Zilveti</i>	
<i>Daniel Azevedo Nocetti</i>	
1 Introdução	321
2 Subvenção para investimento e subvenção para custeio	323
3 O regime contábil previsto no CPC 07 (Subvenção e Assistência Governamentais)	325
4 Aspectos tributários da subvenção para investimento	328
5 Dedutibilidade de despesas: inexistência de duplo benefício econômico	332
6 Conclusões	334
7 Referências	335
COMO FICAM AS DISCUSSÕES ACERCA DAS SUBVENÇÕES APÓS A PROMULGAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 160/2017? – OS LIMITES IMPOSTOS PELA SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N. 145/2020	339
<i>Fernando Brasil de Oliveira Pinto</i>	
1 Introdução	339
2 Subvenções: conceito, espécies e tratamento contábil antes da edição das Leis ns. 11.638/2007 e 11.941/2009	339

3 Tratamento contábil e fiscal das subvenções após a edição das Leis ns. 11.638/2007 e 11.941/2009	342
3.1 A Solução de Consulta Cosit n. 145/2020	345
4 Precedentes do CARF	349
5 Conclusão	364
6 Referências	365

TRIBUTAÇÃO PELO IRPJ E PELA CSLL DOS INCENTIVOS FISCAIS CONCEDIDOS PELOS ESTADOS	367
<i>Gustavo Froner Minatel</i>	
1 Introdução	367
2 Incentivos e benefícios fiscais/financeiros estaduais utilizados como subvenção pública	368
3 A alteração promovida pela Lei Complementar n. 160/2017	374
4 Jurisprudência do STJ acerca da tributação dos valores subvencionados	378
5 Respostas às questões	382
6 Referências	387

SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	389
<i>Jimir Doniak Jr.</i>	
<i>Isabela Garcia Funaro Ruiz</i>	

AS SUBVENÇÕES FISCAIS E SEUS ASPECTOS JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS	411
<i>Karem Jureidini Dias</i>	
<i>Raphael Assef Lavez</i>	

TRIBUTAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS PELO IRPJ: ANÁLISE À LUZ DO PACTO FEDERATIVO	427
<i>Karoline Marchiori de Assis</i>	
1 Considerações iniciais	427
2 Panorama legislativo atual	428
3 Debate no âmbito do STJ	432
4 Inconstitucionalidade da tributação de benefícios fiscais estaduais, distritais e municipais pelo IRPJ	435

4.1 Definição e características de benefícios fiscais	435
4.2 Competência para concessão de benefícios fiscais e extrafiscalidade	438
4.3 Afronta ao pacto federativo brasileiro	439
4.3.1 Intervenção na autonomia de estados, DF e municípios	439
4.3.2 A incompetência federal para tributação de benefícios fiscais pelo IRPJ	442
5 E o art. 30 da Lei n. 12.973/2014?	443
6 Conclusões	445
7 Referências	445

SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO: A EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO CARF NOS ÚLTIMOS SETE ANOS	449
<i>Livia De Carli Germano</i>	
1 Introdução	449
2 A “primeira fase” do debate: tributação dos incentivos fiscais de ICMS pela definição de sua natureza jurídica	449
2.1 A “terceira via”: benefícios concedidos por meio de renúncia de receita estatal não são subvenções, mas para fins tributários são tratados como	458
2.2 O registro contábil a partir de 2008 e os efeitos tributários	461
3 A “segunda fase” do debate: o sobrestamento dos julgamentos no CARF	463
4 A “terceira fase” do debate: o alcance do art. 30 da Lei 12.973/2014	469
5 Conclusão	473
6 Referências	474

TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DAS SUBVENÇÕES APÓS A LEI COMPLEMENTAR N. 160/2017: DESAFIOS DA DOCTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA	477
<i>Lucas Bevilacqua</i>	
<i>Michell Przepiorka</i>	
1 Introdução	477
2 Questões propostas	481
3 Conclusões	498
4 Referências	500

A CLASSIFICAÇÃO DAS SUBVENÇÕES: ORIGENS HISTÓRICAS DE UM PROBLEMA CONTEMPORÂNEO	503
<i>Luís Eduardo Schoueri</i>	
<i>Ricardo André Galendi Júnior</i>	
1 Introdução	503
2 O racional do tratamento tributário das subvenções	506
2.1 A distinção entre transferências de renda e transferências de capital	507
2.2 Critérios para a distinção entre transferências de renda e transferências de capital	511
2.2.1 A perspectiva do transferente	511
2.2.2 A perspectiva do beneficiário	512
2.2.3 A sincronia entre o transferente e o beneficiário	513
2.3 Síntese e crítica dos critérios	514
3 As subvenções e suas origens no direito tributário brasileiro	515
3.1 O conceito tributário autônomo de subvenção	515
3.2 A classificação dicotômica das subvenções	518
3.2.1 Subvenções correntes (para custeio ou operação)	518
3.2.2 Subvenção para investimento	519
4 Os requisitos do PN 112/1978 e a jurisprudência administrativa	521
4.1 O critério da “perfeita sincronia”	522
4.2 A identidade entre investidor e beneficiário	526
4.3 Crédito a conta de reserva de capital	528
4.4 Síntese: a oscilação de critérios e a insegurança na distinção	532
5 Conclusões	534
A TRIBUTAÇÃO PELO IRPJ E PELA CSLL DOS INCENTIVOS FISCAIS DO ICMS	535
<i>Luiz Fernando Sachet</i>	
<i>Carlos Henrique Machado</i>	
1 Introdução	535
2 Evolução histórica do tema	536
3 Advvento da Lei n. 12.973/2014 e da LC n. 160/2017	540
4 Aspectos contábeis	549
5 O entendimento da Receita Federal do Brasil	552
6 Considerações finais	555
7 Referências	555

SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS: TRATAMENTO JURÍDICO-CONTÁBIL À LUZ DO ART. 30 DA LEI N. 12.973/2014 <i>Marcelo de Lima Castro Diniz</i> <i>Marcelo Magalhães Peixoto</i>	559
SUBVENÇÕES: PANORAMA CONTÁBIL E FISCAL ATUAL <i>Maria Carolina Maldonado Mendonça Kraljevic</i>	577
1 Introdução	577
2 Aspectos contábeis das subvenções	579
3 Incidência de IRPJ e CSLL sobre subvenções	581
4 Incidência da Contribuição ao PIS e da Cofins sobre subvenções	589
5 Conclusões	594
6 Referências	598
AS SUBVENÇÕES FISCAIS E SEUS ASPECTOS JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS <i>Maria Inês Murgel</i>	599
SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO: A INTERPRETAÇÃO DO ART. 30, § 4º, DA LEI N. 12.973/2014, INCLUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 160/2017 <i>Martha Leão</i> <i>João Alho Neto</i>	611
Introdução	611
1 A controvérsia jurídica da tributação das subvenções para investimento	613
2 A inovação trazida pela edição da Lei Complementar n. 160/2017	622
3 A interpretação do disposto no § 4º do art. 30 da Lei n. 12.973/2014	626
Considerações finais	630
Referências	632
O INCENTIVO FISCAL MUNICIPAL E OS SEUS IMPACTOS NA APURAÇÃO DO IRPJ E DA CSLL <i>Mary Elbe Queiroz</i> <i>Antonio Carlos de Souza Júnior</i>	635
Introdução	635
1 A contabilização das isenções e reduções de tributos	638

2 Regime jurídico-tributário das isenções e reduções setoriais	644
Conclusão	658
Referências	659
AS SUBVENÇÕES FISCAIS E SEUS ASPECTOS JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS	661
<i>Miguel Delgado Gutierrez</i>	
<i>Carlos Henrique Crosara Delgado</i>	
AS SUBVENÇÕES FISCAIS E SEUS ASPECTOS JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS	683
<i>Natanael Martins</i>	
<i>Roberta Augusta Dib Mello</i>	
1 Introdução	683
2 A figura das subvenções para investimento – transferências de capital	684
2.1 Crítica à visão da Receita Federal do Brasil (RFB): PN CST ns. 112 e 113/1978	687
3 A nova contabilidade e as subvenções para investimento	689
3.1 Subvenções para investimento sob a forma de isenção ou redução de tributos: caracterização e modo de contabilização	692
4 A Lei Complementar n. 160/2017 e os incentivos fiscais de ICMS	697
4.1 A visão da jurisprudência administrativa	701
5 Conclusões	704
6 Referências	705
AS SUBVENÇÕES FISCAIS E SEUS ASPECTOS JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS	707
<i>Paulo Cesar Ruzisca Vaz</i>	
<i>Vinicius Vicentin Caccavali</i>	
1 Objetivo e escopo	707
2 Introdução	708
3 Afinal, quais são os requisitos do art. 30 da Lei 12.973/2014?	712
4 Aspectos contábeis	716
5 Jurisprudência	719
6 Considerações específicas sobre PIS e Cofins	720
7 Conclusões	722

OS EFEITOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 160, DE 2017, E OS SEUS CONTORNOS JURÍDICOS NA JURISPRUDÊNCIA ATUAL EM RELAÇÃO AO IRPJ E À CSLL	725
<i>Rafael Nichele</i>	
<i>Caroline Schwalm</i>	
1 Introdução	725
2 Delimitação do tema	727
3 A exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL nos termos do entendimento firmado pelo STJ no julgamento do EREsp 1.517.492/PR	728
4 A equiparação dos incentivos fiscais de ICMS a subvenções de investimento trazida pela LC 160/2017	732
5 Do posicionamento do Poder Judiciário e do CARF quanto aos incentivos fiscais de ICMS de isenção e redução de base de cálculo e a sua dedução das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL	740
6 Conclusões	745
7 Referências	748

AS SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS E SEUS ASPECTOS JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS	751
<i>Ramon Tomazela Santos</i>	

SUBVENÇÕES NAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E OS APORTES PREVISTOS NA LEI N. 12.766/2012 – ASPECTOS TRIBUTÁRIOS	767
<i>Renato Nunes</i>	
1 Introdução	767
2 PPPs – aspectos gerais	768
3 Fontes de recursos do parceiro privado	769
4 Subvenção de investimento	770
4.1 Subvenção de investimento sob a ótica do beneficiário	773
5 Subvenção de investimento – tratamento tributário	775
5.1 Subvencionador e subvencionado – sincronia entre fim e ação	778
6 Aporte instituído pela Lei n. 12.766/2012	781
6.1 Aporte e as isenções tributárias voltadas à subvenção de investimento	783
6.2 PPPs estaduais e municipais e a jurisprudência do STJ	784
7 Referências	785

AS SUBVENÇÕES E SEUS ASPECTOS JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS	787
<i>Ricardo Mariz de Oliveira</i>	
1 Introdução	787
2 Questões propostas	788
INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS: NATUREZA JURÍDICA, TRATAMENTO CONTÁBIL E REFLEXOS TRIBUTÁRIOS	799
<i>Rodrigo Schwartz Holanda</i>	
<i>Rafael Ronsani Figura</i>	
1 Subvenções governamentais mediante concessão de incentivos fiscais	800
2 Natureza jurídica das subvenções fiscais e o tratamento contábil como parâmetro	801
3 Tributação das subvenções de ICMS no âmbito do STJ: proteção do pacto federativo	805
4 Condições para a não incidência de IRPJ e CSLL sobre as subvenções de ICMS a partir da alteração da Lei n. 12.973/2014 pela Lei Complementar n. 160/2017	808
5 Exclusão da subvenção para investimento do cômputo do lucro real e a dedutibilidade dos estornos de créditos de ICMS	812
6 Redução da base de cálculo de ICMS	817
7 Referências	819
ASPECTOS JURÍDICOS TRIBUTÁRIOS E CONTÁBEIS: SUBVENÇÕES FISCAIS – GRANDEZAS POSITIVAS E NEGATIVAS X EFEITOS FISCAIS	821
<i>Tatiana Midori Migiyama</i>	
1 Introdução	821
2 Cronologia histórica das subvenções para investimento e subvenções para custeio	824
3 Jurisprudência administrativa após a LC n. 160, de 2017	832
4 Evolução ou retrocesso de atos administrativos emitidos pela Receita Federal do Brasil	836
5 Jurisprudência judicial após a LC n. 160, de 2017	841
6 Breves considerações	845
7 Referências	847

○ TRATAMENTO JURÍDICO-CONTÁBIL DAS SUBVENÇÕES FISCAIS E A CENTRALIDADE DO ARGUMENTO DA AUTONOMIA FEDERATIVA	849
<i>Valter de Souza Lobato</i>	
<i>Vinícius André de Oliveira Soares</i>	
<i>Pedro Henrique Esteves Fonseca</i>	
1 Introdução	849
2 Subvenções para custeio e para investimento: conceito jurídico	850
3 Lei n. 12.973/2014 e Lei Complementar n. 160/2017	853
4 O precedente do EREsp n. 1.517.492: a centralidade do argumento federativo	855
5 Desdobramentos no próprio STJ	859
6 Tratamento no âmbito do CARF	866
7 Incentivos ou benefícios alusivos a tributos federais	869
8 Considerações finais	872
9 Referências	873

BENEFÍCIOS FISCAIS DE ICMS COMO SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO: RETRATO MULTIDISCIPLINAR DE UMA LITIGIOSIDADE ESTIMULADA	875
<i>Victor Borges Polizelli</i>	
<i>Walter Erich Piekny</i>	